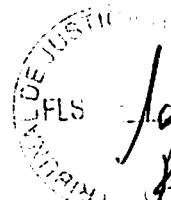




056

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS



Recife

HABEAS CORPUS: N.º 0208.952-5 – Recife (1ª Vara Criminal dos Feitos Relativos a Entorpecentes)

IMPETRANTE: Adv. Gabrielle Queiroz de Andrade

PACIENTE: ISABEL CRISTINA GOMES DA SILVA

RELATOR: Des. Mauro Alencar de Barros

PROC. DE JUSTIÇA: Dra. Maria Tereza de Oliveira e Silva

ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal.

5729

PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. INTIMAÇÃO DE ADVOGADO QUE NÃO MAIS REPRESENTAVA A PACIENTE. SENTENÇA NÃO TRANSITADA EM JULGADO. DETERMINAÇÃO DA EXPEDIÇÃO DE MANDADO DE PRISÃO. AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL. ORDEM CONCEDIDA.

1 – A sentença não transitou em julgado para a paciente, pois a intimação realizada na pessoa do Advogado constituído, que já havia abandonado a causa, não surtiu qualquer efeito. Se a partir das alegações finais a paciente estava representada pela Defensora Dativa, a intimação da sentença deveria ter sido dirigida para esta e não para o advogado que não mais representava a paciente.

2 – A paciente teve sua prisão em flagrante relaxada desde 1991, tendo respondido praticamente todo o processo em liberdade. A situação de liberdade deve se manter durante a fase recursal, considerando que não há qualquer motivo que justifique a prisão preventiva da paciente após a sentença, não estando preenchidos os requisitos necessários para o cerceamento da sua liberdade.

3 – A determinação de prisão antes do trânsito em julgado da sentença deve ser devidamente fundamentada em conformidade com os requisitos estabelecidos no art. 312 do CPP. Precedentes do STJ.

4 – Ordem concedida para que a paciente seja posta em liberdade, salvo se por outro motivo estiver presa.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de *Habeas Corpus* nº 0208.952-5, em que figura, como impetrante a Adv. Gabrielle Queiroz de Andrade, como paciente, ISABEL CRISTINA GOMES DA SILVA, e como autoridade impetrada o Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal dos Feitos Relativos a Entorpecentes da Capital, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em CONCEDER a ordem do presente *habeas corpus*, tudo consoante consta do relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do julgado.

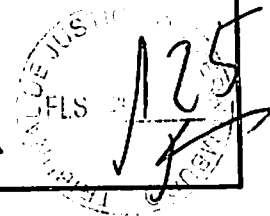
Recife, 05 de abril de 2010.

M
Des. Mauro Alencar de Barros
Relator



057

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS



HABEAS CORPUS: N.º 0208.952-5 – Recife (1ª Vara Criminal dos Feitos Relativos a Entorpecentes)
IMPETRANTE: Adv. Gabrielle Queiroz de Andrade
PACIENTE: ISABEL CRISTINA GOMES DA SILVA
RELATOR: Des. Mauro Alencar de Barros
PROC. DE JUSTIÇA: Dra. Maria Tereza de Oliveira e Silva
ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal.

RELATÓRIO

Cuida-se de *habeas corpus* liberatório impetrado pela Advogada Gabrielle Queiroz de Andrade, em favor de ISABEL CRISTINA GOMES DA SILVA, no qual aponta como autoridade coatora o Exmo. Juiz da 1ª Vara Criminal dos Feitos Relativos a Entorpecentes da Capital, objetivando a impetrante a concessão da ordem para aguardar em liberdade o oferecimento de recurso em seu processo.

Afirma que a paciente se encontra presa desde o dia 19.02.10 em razão da mandado de prisão expedido em 27.09.1999 e antes do trânsito em julgado da sentença, tendo decorrido mais de 10 anos e 05 meses da prolação da sentença e mais de 18 anos da ocorrência da infração (1991) prevista no art. 12 da Lei nº 6368/76.

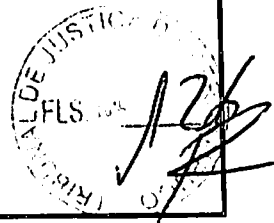
Sustenta que a paciente nunca tomou ciência da decisão e nunca foi intimada pessoalmente nem por seus defensores dativos, o que implica dizer que a sentença não transitou em julgado, sendo possível o deferimento do direito de recorrer em liberdade.

Aponta que a paciente é pessoa íntegra, apresenta bons antecedentes, jamais respondeu a qualquer outro processo crime e possui endereço certo, trabalhando na condição de doméstica nessa cidade, onde reside com sua família.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS

058



Juntou os documentos de fls. 10/19.

Sem pedido de liminar, foram solicitadas as informações conforme despacho de fl. 26.

Informações prestadas pela autoridade impetrada através do Ofício de fls. 39/40 e documentos de fls. 41/83.

Parecer da Procuradoria de Justiça em matéria criminal acostado às fls. 89/92, opinando pela concessão da ordem para modificação de ofício do regime de cumprimento da pena.

Informações complementares às fls. 104/105, juntando os documentos de fls. 106/112.

Novo parecer da Procuradoria de Justiça às fls. 118/120, ratificando a peça anteriormente ofertada.

É o relatório.

VOTO DO RELATOR

Srs. Desembargadores,

Sr. Procurador,

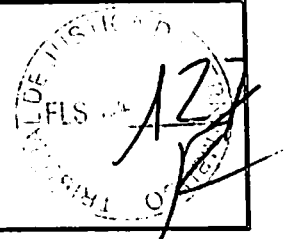
Sustenta a impetrante que, em razão da ausência de intimação pessoal da paciente e de sua defensora da sentença exarada, não houve o trânsito em julgado da decisão condenatória, motivo pelo qual pugna pela concessão da ordem para aguardar em liberdade o oferecimento de recurso em seu processo, considerando, ainda, a existência de condições pessoais favoráveis.

Das informações constantes dos autos, verifico que a paciente teve sua prisão em flagrante relaxada em 08.11.91, sendo a ré condenada em 17.08.99 a 05 (cinco) anos de reclusão, como incurso nas penas do art. 12 da Lei nº 6368/76. Em 27.09.99 foi expedido o mandado de prisão.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS

059



Esclareceu a autoridade impetrada que o mandado de intimação da sentença foi cumprido negativamente em razão da paciente não mais residir no endereço constante dos autos, o que motivou a intimação da paciente por via editalícia (fls. 39). Ainda, afirmou que os patronos dos sentenciados foram intimados da sentença através do DOE (fls. 39).

Quanto à intimação pessoal da paciente, entendo que foi válida, uma vez que o mandado foi remetido para o endereço constante dos autos, sendo de responsabilidade da parte a atualização do referido endereço, em caso de mudança, junto ao seu processo, não obstante continuar residindo na Comarca do Recife em bairro vizinho (mudou-se do Engenho do Meio para a Iputinga).

De outro lado, consta dos autos que o patrono da paciente deixou transcorrer *in albis* o prazo do edital de intimação para apresentação das alegações finais, vindo o Juízo a nomear a Bela Maria do Socorro Muniz Arraes como Defensora Dativa dos réus que não haviam apresentado alegações finais, dentre eles, encontrava-se a paciente destes autos (fls. 41).

Ainda, verifica-se dos documentos acostados e das informações prestadas que as alegações finais da paciente foram apresentadas pela Defensora referida anteriormente, não obstante a intimação da sentença ter sido dirigida ao antigo patrono da paciente, Dr. Luis Alves de Araújo Filho, através do DOE. Segundo informações do Magistrado, o trânsito em julgado da sentença foi certificado em 28.05.02.

Como se vê dos autos, não tendo o advogado constituído apresentado as alegações finais da paciente, designou o Juízo uma Defensora Dativa, que apresentou a referida peça, conforme se vê das fls. 42.

Posteriormente, quando da intimação da sentença, o Juízo intimou o advogado que anteriormente havia abandonado a causa, deixando de intimar a Defensora Dativa que estava representando a paciente e que havia apresentado as alegações finais.

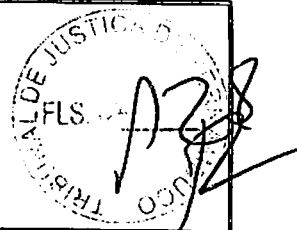
Analisando os autos, verifico que assiste razão à impetrante quando afirma que a sentença não transitou em julgado para a paciente, pois a

MY



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS

060



intimação realizada na pessoa do Advogado Dr. Luis Alves de Araújo Filho, que já havia abandonado a causa, não surtiu qualquer efeito.

De fato, se a partir das alegações finais a paciente estava representada pela Defensora Dativa, a intimação da sentença deveria ter sido dirigida para esta e não para o advogado que não mais representava a paciente.

Sendo assim, entendo que a intimação realizada pelo Juízo ao antigo patrono da paciente, não tem eficácia, por ele não mais estar representando os interesses da paciente. Desta forma, a sentença condenatória não transitou em julgado, podendo a parte apresentar sua peça recursal.

De outro lado, quanto à determinação de expedição do mandado de prisão na sentença, verifico que o juiz fez constar o que segue:

“(...) expedindo-se também desde logo contra os réus José Roberto Tavares e Izabel Cristina Gomes da Silva os competentes mandados de prisão” (fls. 52)

No entanto, extrai-se dos autos que, no início da tramitação do feito (desde 08.11.91), a paciente teve sua prisão em flagrante relaxada, tendo respondido praticamente todo o processo em liberdade.

Sendo assim, a situação de liberdade deve se manter durante a fase recursal, considerando que não há qualquer motivo que justifique a prisão preventiva da paciente após a sentença, não estando preenchidos os requisitos necessários para o cerceamento da sua liberdade.

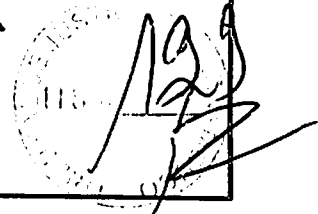
Atente-se para o fato que o juiz sentenciante sequer fundamentou a decisão que determinou a prisão, deixando de apresentar as razões necessárias ao estabelecimento da medida.

A Jurisprudência do STJ vem exigindo que toda determinação de prisão antes do trânsito em julgado da sentença deve ser devidamente fundamentada em conformidade com os requisitos estabelecidos no art. 312 do CPP. Nesse sentido observe-se o julgado abaixo:



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS

061



"1. Conforme reiterada jurisprudência desta Corte Superior de Justiça, toda custódia imposta antes do trânsito em julgado de sentença penal condenatória exige concreta fundamentação, nos termos do disposto no art. 312 do Código de Processo Penal.

(...)" (HC 86.006/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 18/03/2010, DJe 12/04/2010)

Sendo assim, não havendo qualquer motivo ou fundamento legal para se manter a prisão da paciente, entendo que deve ser concedida a liberdade provisória para ela possa aguardar em liberdade o oferecimento do recurso.

Dessa forma, voto pela concessão da ordem, para que esta seja posta em liberdade, salvo se por outro motivo estiver presa.

Recife, 05⁰⁵ de abril de 2010.

Des. Mauro Alencar de Barros
Relator